

DECOLONIALIDADE E A SUBJETIVIDADE DOS CORPOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA AO CURTA METRAGEM RECIFE FRIO DE KLEBER MENDONÇA FILHO

Emanuely Mirely Buarque Araújo ¹

RESUMO

Ambientado em um Recife ficcionalmente transformado pelo frio súbito, o curta-metragem Recife Frio (2009), dirigido por Kleber Mendonça Filho, utiliza a estética do falso documentário para construir uma crítica social voltada à exclusão urbana e ao apagamento cultural. Este trabalho analisa de que maneira a obra evidencia a desigualdade socioespacial, ressaltando os contrastes entre diferentes classes sociais diante da experiência de uma mudança climática fictícia que altera profundamente o cotidiano da cidade. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa, baseada na análise filmica, com atenção aos elementos narrativos e estilísticos que estruturam a crítica do diretor. Pretende-se, assim, demonstrar que Recife Frio pode ser interpretado não apenas como uma ficção especulativa, mas como um recurso crítico que ilumina as desigualdades sociais e os mecanismos de exclusão que estruturam a vida urbana contemporânea.

Palavras-chave: Decolonialidade, Subjetividade, Espaço urbano, Recife Frio

INTRODUÇÃO

A história da modernidade ocidental está profundamente marcada pelos processos de dominação estruturados sob a violência colonial. Essa violência não se restringe à repressão física ou ao controle direto das populações, mas manifesta-se também por meio de mecanismos mais sutis de poder, como a produção de subjetividades precarizadas, a exclusão espacial, a invisibilização simbólica e a imposição de normas que estabelecem quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais são desvalorizados ou descartados.

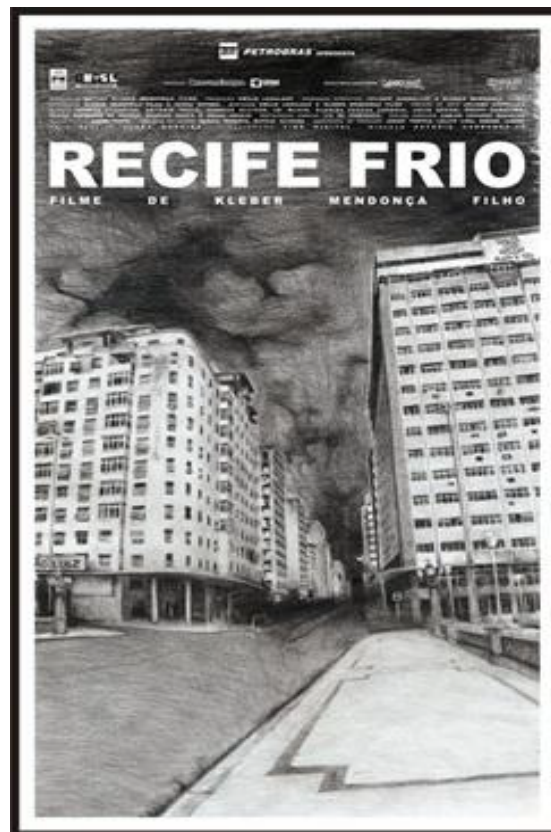
Recife Frio parte de uma premissa fictícia onde uma mudança climática drástica transforma Recife em uma cidade fria. Para revelar como essa reconfiguração ambiental agrava problemas sociais preexistentes. Enquanto a elite se adapta ao novo clima e

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Autarquia educacional da Mata Sul do estado de Pernambuco, emanuelymirely2015@gmail.com



ressignifica os espaços urbanos conforme seus interesses, as camadas mais pobres da sociedade enfrentam uma precarização ainda maior, incluindo a perda de identidade cultural e a ausência de políticas públicas eficazes. Esse fenômeno reflete os processos

Figura 1: Captura de tela da página do pôster do filme disponibilizado no site



Fonte: Cinemascópio (2025). Disponível em:
<https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/>.

O cenário fictício de Recife Frio, que mostra uma transformação climática radical na cidade, exemplifica como essas estruturas colonialistas se manifestam na contemporaneidade. É nesse contexto que a colonialidade do poder, conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, refere-se às estruturas de dominação que emergiram com a colonização europeia e que continuam a organizar as relações sociais, econômicas e culturais nas sociedades contemporâneas.

Como visto acima, essa persistência manifesta-se não apenas na repressão física, mas também em mecanismos sutis de exclusão e invisibilização, que produzem subjetividades e definem quais corpos e identidades são valorizados ou marginalizados.



Aquela mesma que, segundo Walter Mignolo (2007), se impôs como universal no contexto da modernidade Colonial. Nesse contexto, a crise não é vivida de forma igualitária. A primeira reação à mudança parte dos setores altos e médios da sociedade, bem como da imprensa. Essas elites aparecem debatendo o impacto do frio no turismo, no comércio e nos hábitos culturais. Enquanto isso, as populações periféricas, já submetidas historicamente a condições de exclusão e vulnerabilidade não têm espaço de fala ou representação ativa no processo de resposta à crise.



Essa assimetria expõe a dicotomia de classes no contexto urbano, onde a elite é produtora e mediadora da narrativa da cidade, onde pobres são apenas corpos atravessados por ela. A mudança, assim, serve como alegoria das anomalias sociais preexistentes, que são naturalizadas quando recaem sobre os corpos pobres e racializados, e só ganham atenção quando afetam os padrões de conforto das classes dominantes. Por meio de rótulos genéricos e despersonalizados: “um sem-teto”, “uma mãe”, “um artesão”, “um homem do tempo”, “uma empregada”.

Aníbal Quijano (2005) já denominava de colonialidade do saber a naturalização de um regime epistêmico que hierarquiza o conhecimento científico eurocêntrico como instância de verdade e apagamento dos saberes locais também destacando que:

“A colonialidade do poder não é apenas uma questão de dominação econômica, mas também de controle social e simbólico, que define as hierarquias de raça, classe e gênero” (p. 536).

Assim, a cidade torna-se um território onde o poder decide quem merece viver com dignidade e quem deve ser mantido à margem, reproduzindo a colonialidade do poder em sua dimensão espacial e simbólica. Compreender essas dinâmicas exige um olhar crítico que vá além do visível, reconhecendo as formas sutis de violência estrutural que inundam os territórios urbanos contemporâneos, fazendo com que a crise não seja vivida de forma igualitária.

Em Recife Frio, a morte dos moradores de rua pelo frio é o exemplo concreto dessa articulação: eles não recebem nome, luto, nem resistência — são coletados como resíduos. Essa invisibilidade está conectada ao que Michel Foucault (1988) identifica como biopolítica.

“O que caracteriza o poder moderno é, em grande parte, o fato de que ele toma a vida como seu objeto. [...] A biopolítica introduz a vida e seus mecanismos no campo das técnicas de poder”. (FOUCAULT, 1988, p. 134).

A racionalidade biopolítica se manifesta de forma contundente na maneira como os corpos marginalizados são tratados no curta-metragem: os moradores de rua, por exemplo, são recolhidos como resíduos descartáveis e, em seguida, lançados no Instituto Médico Legal (IML) como entulhos — sem nome, sem história, sem direito à memória ou ao reconhecimento de sua existência. Essa cena exemplifica o funcionamento do poder biopolítico, que regula a vida das populações ao decidir quais



corpos são valorizados e protegidos e quais são expostos à invisibilidade e à morte social.

Foucault (1988) define a biopolítica como o momento em que o poder passa a gerenciar a vida como objeto, operando por meio de técnicas que visam, otimizar ou descartar existências conforme sua utilidade para a ordem social. Essa lógica é radicalizada ao afirmar que certas vidas sequer entram no campo do reconhecimento, sendo tratadas como não passíveis até mesmo de “luto” como se sua perda não constituísse uma demanda social.

Esses personagens não possuem nome, sobrenome ou história individual. Esse apagamento se trata apenas de uma exclusão material: onde ele afirma que certas existências são tratadas como “não passíveis de luto”. Ao refletir sobre a precarização da vida percebe-se que a biopolítica opera justamente na delimitação de quais vidas são valorizadas e protegidas pelo estado e pela sociedade onde são expostos à morte social e material. Assim, a lógica delineada por Foucault é evidenciar que o poder contemporâneo não apenas distribui a vida de forma hierárquica, mas também define quais vidas são dignas e passíveis de reconhecimento.

A morte dessas pessoas não é um acidente climático, mas sim o resultado direto de um cálculo político que já naturalizou sua invisibilidade e indiferença social. Slavoj Žižek (2009) se torna fundamental para a discussão, para o autor, a violência mais perigosa não é aquela visível e espetacular, mas a violência cômica e simbólica que se oculta nas estruturas da linguagem e da normalidade social.

Ele ressalta uma perspectiva crítica sobre a violência, sugerindo que a forma mais insidiosa de violência não se manifesta apenas em atos explícitos de agressão, mas também nas sutilezas da linguagem e nas estruturas sociais que parecem neutras. provocando uma reflexão sobre como as normas, convenções e discursos cotidianos podem perpetuar desigualdades e injustiças, muitas vezes sem que as pessoas se deem conta.

Nesse modo, a obra nos leva a examinar como a morte é tratada: como um evento banal, administrativo — um problema de saúde pública, não uma tragédia ética. Trata-se de uma violência objetiva, invisível porque incorporada à maneira como a cidade funciona. O autor nos alerta que é essa forma de violência que garante a continuidade da ideologia, pois não parece violência, mas rotina. A cidade, então, torna-se o cenário de uma política do descaso, em que o sofrimento de alguns já está contabilizado como parte do seu destino social.



Nesse contexto, a reflexão de Frantz Fanon (2015) é igualmente crucial, ao afirmar que “a violência é a única resposta que o colonizado pode dar ao colonizador, que o despojou de sua identidade e o reduziu a um corpo sem valor” (FANON, 2015, p. 65). Essa violência, portanto, emerge como reação à desumanização e ao apagamento sofridos pelos sujeitos colonizados, que são tratados como vidas descartáveis dentro das dinâmicas biopolíticas e coloniais da modernidade.

Assim, a colonialidade não se limita à ocupação de territórios, mas à imposição de uma lógica que define quem merece existir e quem pode ser descartado, ou seja: viver ou morrer. A cena, portanto, condensa os efeitos conjugados da biopolítica, da violência estrutural e da colonialidade: o corpo que não tem nome, não tem luto e não tem lugar. Ele apenas existe para ser removido, como um excesso que não serve à cidade neoliberal climatizada. E é exatamente nesse ponto que a crítica estética do curta ganha sua potência política — ao tornar visível o que o cotidiano insiste em apagar.

Marx, ao tratar do materialismo histórico-dialético, evidencia que as condições materiais de existência moldam a consciência, e que a superestrutura ideológica serve para manter a dominação das classes proprietárias sobre os corpos. A figura do "francês do sol" no curta metragem encarna a elite estrangeira que reproduz a lógica colonial ao transformar Recife em uma mercadoria exótica. Sua pousada, voltada para a "venda do sol", representa uma ironia aguda que permite discutir criticamente a presença histórica de uma elite estrangeira que se apropria dos territórios periféricos sob uma lógica exploratória.

O francês, como um agente do capital, apropria-se do território sem se integrar às suas condições materiais, revelando a alienação inerente a uma economia baseada na exploração simbólica e na exclusão dos corpos locais. A narrativa explicita o colapso de uma economia que depende da exploração do imaginário colonial sobre o Brasil. O "francês do sol" pode ser compreendido pelo materialismo histórico-dialético, que aponta que o modo de produção capitalista tende a moldar a relação entre os sujeitos e o território de forma alienada.

A crise da pousada revela que a cidade não sustenta mais essa lógica de representação imposta externamente, dessa forma o capital simbólico já não basta para reproduzir o capital material. Essa falência ilustra a crítica de Karl Marx ao capitalismo: “A produção capitalista não é apenas uma produção de mercadorias, mas uma produção de relações sociais” (MARX, v. 1, p. 113).



O personagem projeta sobre Recife uma lógica de apropriação que desconsidera as condições materiais e históricas do lugar, evidenciando a incapacidade da burguesia local ou estrangeira de estabelecer uma relação orgânica com a realidade concreta. Essa falência econômica revela o esgotamento da racionalidade colonizadora que instrumentaliza o espaço e os corpos a partir de uma lógica de consumo e lucro.

A abordagem de Frantz Fanon sobre a violência colonial e a descolonização também oferece uma chave importante para entender a exclusão no contexto urbano. Fanon descreve o colonialismo como uma violência em estado natural, que só pode ser confrontada por uma violência maior. Essa violência colonial, o autor identifica como a imposição da dominação física e psicológica, continua a se manifestar nas relações de poder urbano. A violência naturalizada do espaço urbano contemporâneo reflete a continuidade de uma lógica colonial que submete os corpos à invisibilidade e à desumanização.

3 CORPOS INVISÍVEIS, ESPAÇOS DELIMITADOS: COLONIALIDADE E BIOPOLÍTICA NA ARQUITETURA SOCIAL DE RECIFE FRIO

A figura tropical do Papai Noel, vestido em trajes de inverno sob o sol infernal do Recife, funciona como uma alegoria cômica e trágica dos efeitos duradouros da colonialidade cultural. Enquanto a população sofre com as temperaturas extremas, seja o calor histórico da região, o Papai Noel Recifense é o único personagem que celebra a chegada do frio com entusiasmo irônico. Sua alegria revela uma internalização profunda de normas culturais alheias ao seu contexto, relacionando o que Aníbal Quijano (2000) define como a "colonialidade do poder": a persistência de hierarquias globais que privilegiam o imaginário europeu como universal.

Em seu trabalho sobre a colonialidade do poder e o eurocentrismo, ele faz uma análise de como a perspectiva eurocêntrica molda a produção de conhecimento e as relações sociais em todo o mundo. Ele argumenta que a cultura europeia não é apenas uma forma de conhecimento, mas uma estrutura de poder que se impõe como universal, marginalizando outras formas de saber e experiências que não se alinham com a visão europeia. Quijano também destaca que o eurocentrismo se apresenta como uma verdade universal, desconsiderando a pluralidade de culturas e saberes que existem globalmente. Essa imposição resulta na desvalorização de conhecimentos, criando uma hierarquia de saberes, onde o conhecimento europeu é visto como superior.



Para Fanon (2015), a dominação colonial não se limita à exploração material, mas opera também na esfera psíquica: "O colonizado é perseguido pelo desejo de se tornar o outro, mesmo que isso signifique a morte de si mesmo" (FANON, 2015, p. 90). Nessa lógica, o frio transforma-se em um símbolo de prestígio e civilização, refletindo a maneira como as culturas colonizadoras impõem seus valores e modos de vida sobre as culturas colonizadas. Assim o frio, que pode ser visto como uma condição climática natural, é reinterpretado como um marcador de status social e civilizacional.

Essa análise do autor e a crítica à forma como a cultura colonial molda percepções e desejos são fundamentais para entender as dinâmicas de poder e identidade nas sociedades pós-coloniais. Quando o Papai Noel tropical sorri ao vestir um casaco de neve em pleno Centro do Recife, ele performa o que Žižek (2009) chama de fantasia ideológica — "a ilusão de que a adesão a padrões culturais hegemônicos trará inclusão, ainda que o resultado concreto seja sua própria marginalização."

A cena de inversão simbólica, onde o filho da elite passa a dormir no quarto da empregada doméstica, por ser mais aquecido, e ela ocupa o quarto "nobre", funciona e performa com o que Foucault (1988) afirma ser um dispositivo biopolítico, que expõe como o corpo da empregada doméstica funciona como fronteira simbólica da casa. Assim, o espaço se torna um lugar da cidade neoliberal, onde a distribuição do calor e frio reflete a gestão dos corpos racializados e pobres. Decidindo até quem merece conforto.

Seu deslocamento para o quarto nobre não subverte a ordem vigente, muito pelo contrário: revela a violência espacial internalizada na arquitetura doméstica, onde a colonialidade (QUIJANO, 2000) define quem habita e quem serve. Essa troca opera como a relação de poder se estabelece entre a elite e a empregada.

Como afirma Marx: "as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante" (MARX, O Capital, p.113). Essa dominação não se restringe ao campo ideológico, mas também se materializa nos corpos que ocupam os espaços. O quarto da empregada, o serviço, o calor, todos esses elementos estão vinculados ao trabalho invisível e à manutenção silenciosa dos privilégios da elite. Mesmo quando a elite é forçada a ocupar esse espaço, não ocorre uma inversão de papéis, mas apenas uma reconfiguração funcional.

Reconhece-se, mesmo dentro do espaço doméstico, quem continua ocupando o lugar de "senhor da casa", ainda que a empregada esteja confinada ao quarto de serviço. Essa configuração revela como a lógica da propriedade se estende às relações



cotidianas: o espaço, embora seja um produto social, é apropriado de forma a reafirmar a dominação de classe. Karl Marx aprofunda essa reflexão ao demonstrar que o modo de produção capitalista não apenas estrutura as relações econômicas, mas também organiza a materialidade dos espaços urbanos e domésticos, naturalizando a desigualdade social.

Valorizar as formas de conhecimento que foram marginalizadas e silenciadas ao longo da história, especialmente no contexto do colonialismo e da modernidade, é crucial. A decolonialidade, portanto, envolve um processo de descolonização do pensamento e da epistemologia, permitindo que vozes e saberes diversos sejam ouvidos e respeitados. A casa, como ótica da cidade, revela ali sua natureza segregadora: a arquitetura não apenas divide cômodos, mas define destinos sociais. A empregada, ainda que momentaneamente no quarto principal, não habita o espaço — ela o serve, o aquece, o mantém. Sua presença ali não rompe com a lógica de exclusão, apenas a evidência.

Ao articular essas cenas, o Papai Noel feliz com o frio europeu e a empregada invertendo temporariamente seu lugar com o filho da elite, Recife Frio constrói uma crítica poderosa à ordem simbólica da cidade, à violência colonial internalizada e à resistência ainda possível na cultura popular e no corpo coletivo. O filme não oferece saídas fáceis: ele descreve a cidade como espaço da dominação, mas também da disputa, onde o calor da memória popular e da coletividade persiste como ameaça à lógica do frio.

Recife Frio funciona como um dispositivo crítico capaz de revelar as camadas ocultas da dominação urbana contemporânea, condensando elementos simbólicos e estéticos que permitem uma leitura profunda das estruturas de poder que organizam a cidade. Por meio de uma narrativa aparentemente absurda, a instalação de uma frente fria permanece no Recife.

O curta explicita as formas sutis e brutais pelas quais a colonialidade do poder, conforme formulada por Aníbal Quijano (2000), continua operando nas relações sociais, nas políticas do espaço e na produção das subjetividades. O frio, associado à civilização e ao progresso, representa a lógica neoliberal que busca a homogeneização e a padronização das experiências urbanas.

Essa lógica é frequentemente imposta de maneira a deslegitimar as culturas locais e as memórias coletivas, que são vistas como atrasadas. O filme também destaca a resistência que emerge da cultura popular e do corpo coletivo. O calor da memória



popular, que se manifesta nas tradições, nas festas e nas interações comunitárias, serve como uma forma de resistência à lógica fria e controladora do neoliberalismo. Essa memória coletiva é uma ameaça à ordem estabelecida, pois desafia a narrativa dominante e reivindica espaço para a diversidade cultural.

Com a figura do francês do sol e do Papai Noel tropical, o filme dramatiza a reprodução da lógica colonial-capitalista que transforma o espaço e a cultura local em mercadoria, ao mesmo tempo em que retrata a adesão voluntária — ou forçada — a modelos europeus como forma de sobrevivência simbólica. Essa dimensão é ampliada a partir do pensamento de Marx e Hegel, que contribuem para compreender as tensões entre dominação de classe, reconhecimento e necropolítica, bem como a exclusão simbólica. Essas manifestações não aparecem como espetáculo ou produto, mas como experiência viva, corporal e comunitária, carregando consigo a história das classes populares e seu modo de narrar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como o curta-metragem Recife Frio elabora, por meio da ironia e da crítica social, um retrato das tensões que atravessam a cidade e seus sujeitos, revelando de forma simbólica as contradições da modernidade-colonialidade. Ao utilizar a linguagem cinematográfica para deslocar o espectador, o filme não apenas narra uma distopia climática, mas expõe, em sua essência, a frieza que perpassa as estruturas sociais, marcada pela exclusão, pela desigualdade e pela indiferença em relação aos corpos precarizados.

Assim, Recife Frio deve ser compreendido para além de uma narrativa satírica ou de uma crítica social superficial. O filme se configura como dispositivo crítico capaz de revelar a dimensão biopolítica do controle sobre os corpos, o caráter estrutural da violência colonial e as possibilidades de resistência que emergem da cultura popular. Ao iluminar essas contradições, o curta abre espaço para que se reconheça a cultura local não como algo “atrasado” ou “exótico”, mas como força histórica e epistemológica que continua a produzir sentidos, memórias e alternativas ao modelo hegemônico.

Embora não esgote a complexidade do tema, a análise aqui apresentada aponta para a urgência de novos estudos que articulem cinema, cultura popular, colonialidade e subjetividade. A valorização das memórias coletivas e dos saberes locais mostra-se um caminho decisivo para construir horizontes plurais reafirmando que, mesmo em meio à



violência e ao silenciamento, há sempre o calor da resistência que se expressa em roda, em palavras e em corpo coletivo.

Por fim, estas reflexões não encerram a complexidade do tema, mas apontam para a urgência de novos estudos que articulem cinema, cultura popular, colonialidade e subjetividade. A valorização das memórias coletivas e dos saberes populares, como evidenciado em Recife Frio, é caminho fundamental para a construção de horizontes plurais, críticos e emancipatórios. Nesse sentido, compreender a cultura como campo de disputa simbólica e política é reconhecer que, em meio à frieza do mundo imposto pela modernidade-colonialidade, há sempre o calor da resistência que se expressa em palavras e em corpo coletivo.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História cultural: um panorama teórico e historiográfico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CINEMASCÓPIO. **Pôster do filme Recife Frio**. Disponível em: <https://www.cinemascopio.com/produto/poster-recife-frio/> Acesso em: 10 jun. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Sociedade e poder**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Nascido do crime: a biopolítica e a necropolítica**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

MARX, Karl. (2011). **O Capital - volume I**. São Paulo, Editora.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Volume 1**. São Paulo: Editora Abril, 1983.

MIGNOLO, Walter D. **A decolonialidade: uma crítica ao projeto moderno/colonial**. 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. 2000.



ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2009.

